

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Prezados Senhores(as) Associados(as),
O Presidente do GUNSHOT Clube de Tiro, com sede no estado de Santa Catarina, na Rodovia Paulo Stuart Wright, número 2012, galpão 02, CEP 88.380-000, inscrita CNPJ sob o n. 34.319.877/0001-61, no uso de suas atribuições, convoca todos os associados para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na sede, no próximo dia 30 de setembro de 2023, iniciando-se os trabalhos às 13:30hs, em primeira convocação, sendo exigido metade mais um dos associados, ou na falta de quórum necessário, às 14:00hr será realizada a segunda convocação, com a presença de qualquer número de associados para deliberarem especialmente sobre a eleição do Conselho Fiscal, considerando que nos termos do Estatuto, art. 7º, I, “compete a Assembleia Geral eleger o Presidente e o Conselho Fiscal, a cada 4(quatro) anos, permitindo reeleições” e que o “Conselho Fiscal será composto de dois (02) membros, eleitos pela Assembleia Geral”, art. 25, parágrafo único. A respectiva eleição opera-se em decorrência do pedido da Associada Deisy Cristine da Silva Martins que na última Assembleia Geral Extraordinária solicitou formalmente seu desligamento da função de conselheira fiscal.

Penha/SC, 14 de setembro de 2023.

ANDRE LUIZ ALARCON BUCCI
Presidente GUNSHOT Clube de Tiro

Esta publicação foi realizada e certificada no dia 21 de setembro de 2023

Essa publicação está disponível no site do Jornal do Comércio pelo link jornaljc.com.br/publicacoes-legais

| BR-101.

“Queremos soluções urgentes para uma das regiões que mais cresce no Estado”

O prefeito de Penha, Aquiles da Costa (MDB), cumpriu nesta quarta-feira, 13, agenda de trabalho na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em Brasília. Na reunião, o gestor – que já ingressou com ação civil pública contra a ANTT e Arteris Litoral Sul – voltou a cobrar agilidade nas medidas que destravem o trânsito na rodovia BR-101, no trecho entre Balneário Piçarras à praça de pedágio de Tijucas.

“A B R E A S P A S”

O trânsito caótico resulta inclusive em gigantescas perdas econômicas, uma vez que muitos visitantes acabam mudando seus destinos por conta da mobilidade

“Precisamos que a execução dessas melhorias seja imediata para diminuir as quilométricas filas do trecho, principalmente com a temporada de verão se aproximando. Essa é uma pauta

que cobramos há muito tempo no município e via AMFRI, quando ingressamos com ação coletiva na Justiça Federal. Queremos soluções urgentes para uma das regiões que mais cresce no Estado de Santa Catarina”, afirmou ele.

A reunião contou com a presença do diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale, além de parlamentares catarinenses, prefeitos, vereadores e entidades da região da Foz do Rio Itajaí. O encontro, inclusive, está conectado com os despachos judiciais em esfera federal para que a agência e a concessionária apliquem rapidez nas análises e execuções de projetos para o trecho da rodovia que corta as cidades da AMFRI.

LEIA TAMBÉM: “Sofrendo as consequências de uma duplicação em que nós não fomos contemplados”

Aquiles reforçou que a urgência seria para implantação de vias laterais contínuas nos sentidos Norte e Sul (incluindo construção de pontes, entre os km 108 até o km 124), ampliação de capacidade do trevo com a BR-470 com implantação do segundo viaduto e vias laterais contínuas na BR-101 e as terceiras faixas sobre acostamento entre os km 111 ao km 125 Norte e Sul.

“Resolvendo os congestionamentos crônicos da rodovia, poderemos evitar acidentes que são provocados pelo trânsito intenso e consequentemente salvar muitas vidas. O trânsito caótico resulta inclusive em gigantescas perdas econômicas – uma vez que muitos visitantes acabam mudando seus destinos por conta da mobilidade reduzida que enfrentarão para alçarem os principais pontos turísticos do Estado”, frisa.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Em 2022, o Município de Penha ingressou com ação civil pública contra a Autopista Litoral Sul e ANTT, e que ganhou força com a junção da ação coletiva interposta pela AMFRI. A unificação das ações foi uma determinação judicial. Em janeiro deste ano, em audiência conciliatória, foi definido o início das melhorias até março de 2024.

“Nessa mesma audiência, foi definido a apresentação de uma solução mais imediata, paliativa, para resolver o problema. Portanto, seguimos cobrando essas medidas, agora unindo mais forças, com lideranças importantes que representam nossa região e nosso Estado”, finaliza Aquiles.

